

IRRIGAÇÃO NO BRASIL:

ESTADO, EMPRESÁRIOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS (1964-1991)

Mário Martins Viana Júnior

Doutor

Universidade Federal do Ceará

mariomartins@ufc.br

RESUMO: Esta comunicação de pesquisa tem como proposta principal a análise das políticas públicas de irrigação concebidas para o desenvolvimento agrícola e para a transformação da questão agrária no Brasil, entre os anos de 1964 e 1991. Para tanto, o trabalho será subdividido nos seguintes eixos de investigação: 1- o estudo sobre as concepções, configurações e conteúdo das políticas nacionais de irrigação; 2- o exame das relações entre empresários e agentes do Estado na elaboração dessas políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada; 3- a comparação dos processos envolvidos nas políticas públicas de irrigação em Brasil e Portugal. Metodologicamente, perscrutaremos pelo menos três grandes grupos documentais: documentação legislativa regulatória; programas, planos e projetos de irrigação; e periódicos.

Palavras-chave: Irrigação; Ditadura; Empresários;

A irrigação no país e na historiografia

Tomando a narrativa oficial do Estado, em panorâmica e no que diz respeito às políticas de irrigação, podemos observar uma divisão cronológica da irrigação do Brasil em quatro grandes momentos¹. Ainda que exista diferenças de abordagem sobre tais balizas temporais, principalmente no que diz respeito às formas e aos ritmos de intervenções do Estado (CARVALHO, 1988; BURZTYN, 2008; OLIVEIRA, 2008), há consenso de que a década de 1960 inaugurou uma abordagem sistemática, planejada e articulada entre os diferentes poderes (federal, estadual e municipal) e esferas (público e

¹ Segundo BRASIL (2008) houve quatro grandes fases quanto a políticas de irrigação no país. Primeira fase: último quartel do século XIX até os anos de 1960; segunda fase: fim dos anos 1960 até meados da década de 1980; terceira: 1985 até 1995; quarta fase: 1995 em diante.

privado) para projeção e execução de uma política de irrigação em nível nacional que concatenasse diferentes regiões do país.

Nesse período, diretamente relacionada à expansão dos centros urbanos, a questão do abastecimento hídrico e alimentar (LINHARES; SILVA, 1979) ganhou notoriedade catapultando a temática da irrigação como importante objeto de estudo por toda a segunda metade do século XX e início do XXI (FURTADO, 2009; IORIS, 2010). Para além das abordagens de ordem técnica dos estudos de engenharia, o aproveitamento da água e o mapeamento e uso das áreas irrigáveis cultiváveis e não cultiváveis do país foram algumas das preocupações políticas, econômicas e sociais centrais dos militares, já em 1964.

Isto foi expresso na Lei 4.593, de 29 de dezembro de 1964. Combinando o debate e as regras sobre a desapropriação da terra com o avanço da irrigação no país, assinalou-se os estados-alvo² para as intervenções e planos de irrigação integrados que, juntamente com outros marcos regulatórios, serão objeto de nossa análise nesta proposta de pesquisa³. Visando o chamado “desenvolvimento hidro-agrícola” em sua relação direta com a criação de empregos no campo e na busca de uma alteração “qualitativa” do quadro social (BRASIL, 1971:14-5), no início da década de 1970 o país foi dividido em quatro regiões-chave de acordo com os seus potenciais hídricos, englobando uma área total de aproximadamente 31 milhões km² (Ver IMAGEM 1).⁴

Assim, desde o início da Ditadura Civil-Militar, a irrigação assumiu papel fulcral “na estratégia modernizante [para] o campo da agricultura” ganhando ascensão no decorrer dos anos 1970 e 80 (BRASIL, 1971: 62-63). Apesar das diferenças e vicissitudes

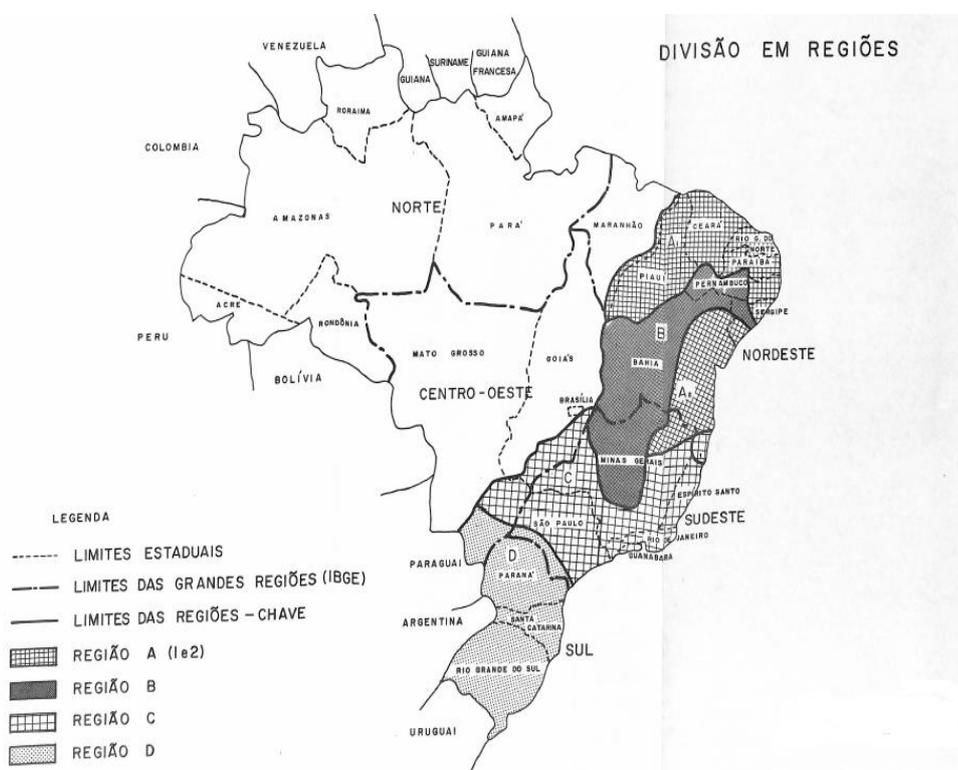
² Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

³ Dentre os marcos regulatórios e programas que auxiliam a balizar esta pesquisa, podemos apontar estes: 1968 - Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) no Ministério do Interior; 1969 - Programa Nacional de Irrigação; 1971 – Programa Plurianual de Irrigação (PPI); 1979 – Lei 6.662 (Lei de Irrigação); 1981 - Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS); 1982 - Instituído o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR); Decreto N° 89.496, de 29 de março de 1984 (Regulamentação da Lei de Irrigação); Decretos N° 90.309, de 16/10/84, N° 93.484, de 29/10/84, N° 90.991, de 26/02/85 (referem-se a Lei de Irrigação); 1986 - Criado o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE); 1988 Constituição da República Federativa do Brasil.

⁴ Região A (868.700 km²): englobava todas as bacias hidrográficas do Nordeste, exceto a bacia do São Francisco, alvo da Região B (607.300 km²); Região C (891.000 km²): ao sul das Regiões A e B, incluía a alta bacia do Rio Paraná; Região D (718.000 km²): toda a parte Sul do país.

entre os diversos planos e programas anunciados pelo Governo nesses anos⁵, havia um elemento comum entre eles: “a busca de modernização do setor rural” (GONÇALVES NETO, 1997: 140). A irrigação foi pensada minuciosamente e projetada como plataforma basilar para o aumento da produção agrícola, afinal “os insumos da Revolução Verde, sobretudo fertilizantes químicos, requeriam uma hidrologia altamente favorável [...] (PEREIRA, 2010: 191).

IMAGEM 1



Fonte: BRASIL (1971: 5)

Apesar dessa projeção envolvendo diferentes sujeitos, grupos, temporalidades, espacialidades, esferas de poder⁶, no âmbito historiográfico a temática da irrigação no país pouco foi abordada. Quando muito, analisada ou assinalada como subitem de

⁵ Referimo-nos ao Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Programa de Integração Nacional (PIN), Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985).

⁶ Segundo João Márcio Pereira (2010:191) “de longe, irrigação, drenagem e administração de água foi o principal subsetor dentro da agropecuária financiado pelo Banco [Mundial] nos anos 1950 e 1960, e continuou assim nos anos 1970, principalmente na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina”.

investigações mais amplas, a exemplo dos estudos sobre “modernização da agricultura” (GONÇALVES NETO, 1997; SZMRECSÁNYI, 1994; RAMOS, 2002; DELGADO, 2002; SANTOS, 2002; MENDONÇA, 2009), “crédito e extensão rural”⁷ (MENDONÇA, 1997; 2010; OLIVEIRA, 2013), “desenvolvimento rural” e expansão da “Revolução Verde” (MENDONÇA, 2010; PEREIRA, 2010), entre outros.

Os percursos e as diretrizes das políticas sobre irrigação no Brasil tornaram-se objeto de estudo em outras áreas, como na Geografia (ANDRADE, 1983; LEME, 1999; PALHETA et al, 1991; IORIS, 2010; COELHO NETO, 2010), com destaque para a Geografia Agrária e para os exercícios de investigação geo-históricos (FERNANDES, 2013). Entre os/as economistas a avaliação em retrospecto sobre a irrigação no país costumeiramente pôs em análise as políticas nacionais de recursos hídricos para pensar o uso racional da água (LIMA, 1999) e debater sobre a importância da irrigação como forma de desenvolvimento regional, principalmente no Nordeste (KAGEYAMA et al, 1989; ABLAS, 1988; BISERRA et al., 1995).

Esses trabalhos são de significativa importância para o entendimento das formas de apropriação e transformação da água em recurso hídrico concatenados com a análise da expansão e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Grosso modo, contudo, as narrativas projetam uma forma de conhecimento, hegemônico, sobre a irrigação no país caracterizada por abordagens que primam pelo etapismo e pela cronologia, a exemplo da abordagem histórica através de fases e grandes sínteses⁸ e semelhante às explicações tautológicas oficiais (BRASIL, 2008). Algumas buscam inclusive explicar as origens dos paradoxos da questão agrária atual, como a dinâmica do agronegócio, remetendo ao período colonial⁹.

⁷ De acordo com Sonia Regina de Mendonça (2013:2) há na historiografia relativa a “era Vargas” três vícios contumazes. Aqui, merece destaque o vício indicado em relação ao lugar da agricultura na análise dos historiadores/as. Os estudos sobre políticas públicas agrícolas/agrárias tenderiam a se concentrar no pós-1960, isto é, em períodos recentes, “[...] obstaculizando uma visão de conjunto [...]”.

⁸ Como exemplo, podemos assinalar o trabalho de Ioris (2010) que propõe uma análise histórica da apropriação econômica dos recursos hídricos a partir de duas grandes fases: fase desenvolvimentista (a água como mecanismo indireto de acumulação - com forte inserção da irrigação comercial) e a fase neoliberal (a água como mecanismo direto e indireto de acumulação).

⁹ Nos trabalhos consultados (MORAES, 2000) o diálogo com a historiografia quase sempre vem alicerçado nos estudos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais para reafirmar a existência de um capitalismo mercantil e de acumulação primitiva de capitais da Europa a partir da exploração das colônias.

Diante desse quadro de análises e estudos e frente às inúmeras fontes encontradas em atividades de investigação prévia, principalmente nos acervos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a presente reflexão busca contribuir para o debate temático a partir da análise dos meandros da irrigação no Brasil no âmbito da construção do conhecimento histórico. Para tanto, tomamos como recorte temporal o interstício de 1964-1991 por observarmos duas grandes importantes balizas legais/legislativas, intercaladas por programas inéditos e planos de grande projeção e impacto que influenciaram na materialização de uma infraestrutura de irrigação nacional¹⁰. Correspondente às segunda e terceira fases da narrativa oficial (BRASIL, 2008), observamos uma transição de uma concepção mais intervencionista do Estado abalizada por dois grandes programas (PIN e PPI) para uma postura de maior abertura às ações da iniciativa privada.

Nesse movimento analítico interessa saber quais eram as concepções, configurações e conteúdo das políticas de irrigação? Como se deram as relações entre empresários e agentes do Estado na elaboração dessas políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada? Quais os impactos (planejados, não estimados e executados) sofridos pelas populações campesinas?

É plausível que esse conjunto de problematizações possa ganhar ainda mais complexidade interpretativa e densidade elucidativa ao lançarmos mão do método comparativo em História, quando iluminamos “[...] um objeto ou situação a partir de outro [...]” (BARROS, 2007:5), isto é, procedendo com analogias, identificação de semelhanças e diferenças e percepção de variações sobre a questão da irrigação em diferentes países, neste caso, Brasil e Portugal. Segundo os estudos de Oliveira (1993) e Freire (2013), por exemplo, o século XX em Portugal foi marcado por diferentes fases de concepção, disputa e instalação de “regadio moderno” através da ação do poder público:

Desconsidera-se, portanto, as críticas realizadas ao longo das últimas décadas ao paradigma do “sentido da colonização” e as análises correlatas (CARDOSO, 1979 e 2004; FRAGOSO, 2001).

¹⁰ Referimo-nos a Lei 4.593, de 29 de dezembro de 1964, já citada, e ao Decreto de 14 de maio de 1991 que revogou o Decreto 64.345/69 ao reconsiderar as normas para a contratação de serviços da engenharia nacional e estrangeira.

A primeira fase começou em finais dos anos 30, quando se tornou mais notória a intervenção do Estado nesta área, através do “Plano de 1938”. A segunda fase estruturou-se a partir do I Plano de Fomento (1953-1958), dirigindo-se preferencialmente para a construção de barragens e sistemas de rega no território semiárido do Alentejo. A terceira fase decorre desde 1986, correspondendo sobretudo ao investimento de fundos europeus para melhorar infraestruturas que tinham sido construídas nas décadas anteriores ou para fazer obras que já estavam planeadas, mas que ainda não tinham sido executadas (FREIRE, 2013:2-3).

Assim, é também objetivo desta pesquisa entender, analisar e comparar os processos envoltos no âmbito da irrigação em Portugal e Brasil, sobretudo de forma sincrônica, pois observamos que, assim como no Brasil, também naquele país ibérico (i) a defesa da irrigação moderna se adaptou a diferentes propostas de desenvolvimento rural, (ii) foi alvo da atuação de Estado ditatorial (1936-1974) e (iii) sofreu forte influência/interferência de programas de escala internacional. Cabe, portanto, uma historicização comparativa destes diferentes processos de implantação e expansão do regadio moderno.

Os interesses empresariais na configuração das políticas públicas

Partimos de dois elementos basilares e complementares. É mister compreender o Estado de forma ampliada observando e analisando as relações entre a sociedade política mais restrita e a sociedade civil, compreendida nas ações e relações de seus indivíduos, grupos, formas associativas, etc¹¹. Concomitantemente, temos acordo que “o regime político instituído em 1964 não deve ser entendido [exclusivamente] como uma ditadura militar ou regime militar [pois] tivemos no Brasil uma ditadura civil-militar [...]” (CAMPOS, 2014:416). Daí as possibilidades de pesquisas para qualificar quais e de que maneiras setores específicos da sociedade civil participaram do(s) pacto(s) políticos(s) que ajudaram a construir e manter o regime¹² (LEMOS, 2010). Em específico, neste

¹¹ Trabalhos como o de Bursztyn (2008) e Mendonça (1997; 2009) assinalam importantes resultados de pesquisa a partir dessa escolha teórico-metodológica. No plano historiográfico, a investigação sobre as relações entre empresários e agentes do Estado assume diferentes possibilidades. Recentemente, Guimarães e Joani Neto (2018) realizaram um conjunto de pesquisas sobre as relações entre grupos empresariais e agentes do Estado ditatorial, com foco nos governos da Amazônia brasileira, partindo de outras matrizes teóricas (FOUCAULT, 2008).

¹² Merece atenção os trabalhos oriundos das investigações da Comissão Nacional da Verdade (MONTELEONE et al, 2016). A relação entre os empreiteiros e os ditadores também foi objeto de outros estudiosos (CAMPOS, 2014:), bem como o envolvimento de grupos no âmbito da educação de nível

projeto, a problemática de análise se apresenta para pensarmos sobre a irrigação brasileira, ou melhor, acerca das relações entre militares e empresários na sua concepção, projeção e execução.

Como exposto acima, desde o início do período ditatorial havia uma preocupação com a gestão e a racionalização da terra e dos recursos hídricos no país. Logo após a criação do Estatuto da Terra¹³, a **Lei 4.593** de 29 de dezembro de 1964, também conhecida por Lei da Desapropriação, expunha isto ao regulamentar as formas de desapropriação vinculando-as exclusivamente a projetos e programas de irrigação. Buscava-se dar o tom sobre a questão agrária no país através do bloqueio de quaisquer outros planos de reforma agrária¹⁴. A temática da irrigação, desde o início, foi pensada e vinculada às questões de Desenvolvimento e de Segurança Nacional (LIMA FILHO, 2011; MORAIS, 2012; SANTIAGO, 2012).

Diante da ausência de uma legislação nacional de irrigação (apesar do Código de Águas em 1934) e sob o pretexto de combater as secas no Nordeste, foi projetado através da Lei 4.593, nos seus artigos 1º a 6º, um cenário de aproveitamento hídrico para as décadas seguintes. Com base em planos de irrigação específicos para o uso intensivo de terras irrigáveis, a legislação pioneira era abalizada por conteúdo genérico como a desapropriação seguida por interesses econômico-sociais regionais e de utilidade ou necessidade públicas e interesse social:

Art. 3º A terras irrigadas em virtude de obras públicas somente serão utilizadas pela forma e para os fins permitidos nos planos de irrigação, que especificarão os casos de suspensão ou cancelamento do uso da água.

Art. 4º Para possibilitar a execução dos planos de irrigação, poderão ser efetuadas desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social¹⁵.

superior (CAMPOS; BRANDÃO, 2017). Para aprofundamento do debate teórico e historiográfico sobre a ditadura civil-militar brasileira, ver x.

¹³ BRASIL. Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 25/06/2018.

¹⁴ Segundo Vieira (2015:47), esta Lei surgiu para delinear os futuros projetos de irrigação, sendo considerada “o embrião da Lei de Irrigação editada em 1979”.

¹⁵ BRASIL. Lei no 4.593, de 29 de dezembro de 1964. Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste, Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4593-29-dezembro-1964-377661-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 15/04/2018.

Este embrião da irrigação nacional foi tomando forma e feição mais bem definida à medida que os anos avançaram. Do lado do Estado, **a criação do Ministério do Interior em 1967**¹⁶, possuindo o General Afonso Albuquerque Lima como primeiro ministro da pasta, funcionou como um eixo sobre o qual atuavam diferentes forças centrípetas e centrífugas. Dentre as atribuições desse Ministério estavam as políticas públicas sobre o desenvolvimento regional, a ocupação do território nacional, a gerência e o beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e, principalmente, **a irrigação**. Daí a importância de se mapear e investigar as relações dos agentes pertencentes a ele.

Encontramos um número razoável de indícios que apontam possibilidades de atuação do Estado, via Ministério do Interior, no que diz respeito às formas de tratar da irrigação brasileira. Nossa hipótese é a de que havia dois movimentos amplos e coordenados: por um lado uma organicidade que buscou integrar diferentes órgãos federais (ministérios, superintendências, departamentos, secretarias, institutos, bancos oficiais de crédito, grupos, etc.); e, por outro lado, um pareamento explicitamente público com a iniciativa privada, sobretudo os setores de engenharia que foram convidados, convocados e/ou recompensados, a participar da construção das políticas públicas de irrigação do país. Tais indícios ajudam a entender melhor a complexidade das relações estabelecidas que misturaram público e privado no delineamento das atividades.

Em contato com a literatura e a realidade portuguesa no âmbito da irrigação é possível ainda refletir e problematizar sobre um terceiro movimento em terras brasileiras (FREIRE, 2011; 2013; BAPTISTA, 1993): o da formação e atuação de um quadro técnico especializado, sobretudo agrônomos e outros engenheiros, cuja relação com a esfera das políticas públicas sobre irrigação possa ser retomada e ampliada em diálogo com a da extensão rural, em hipótese (MENDONÇA, 2009;2010).¹⁷

¹⁶ Criado em 25 de fevereiro de 1967, no governo do presidente Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.

¹⁷ Baptista (1993) e Oliveira (2013) analisam que, a despeito das contundentes críticas para a promoção da modernização da agricultura feita pela elite técnica do país ao Estado, “[...] la agricultura portuguesa presenta [...] múltiples signos de modernización” nos anos de 1950 e 60 (FREIRE, 2011:125). Na perspectiva de “iluminação mútua” de objetos de pesquisa, importa observarmos que tal elite técnica foi influenciada pelas teorias da dependência fundadas nas economias dos países da América Latina, o que

De fato, o Governo tomou para si a responsabilidade de catalisar e promover o debate sobre a irrigação da agricultura no país. Os documentos encontrados sugerem que os agentes do Estado brasileiro (políticos, engenheiros, técnicos, etc.) lançaram mão do reforço de antigos e da criação de novos laços de proximidade com o empresariado nacional e internacional, sobretudo ibérico. Apontam para isso os encontros em formato de reuniões, conferências e seminários, tal como o Ciclo de Conferências, ocorrido de 11 a 14 de novembro de 1968, cuja temática era: "Racionalização do trinômio Homem-Terra-Água"¹⁸. A programação do evento auxilia a entender as possibilidades de simbiose entre sociedade política e sociedade civil. Dividido em quatro partes, o programa parecia mesmo ajustado ao formato de organização da Administração Federal daquele contexto¹⁹.

No centro do evento estava o Ministério do Interior representado pelo Ministro e pelo Secretário Geral²⁰, assinalando aquilo que deveria ser o estrato de direção, formulação, orientação e coordenação das políticas da área em nível nacional. **Em outra seção**, as conferências dos superintendentes das regionais do Brasil (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL²¹) responsáveis pela supervisão e coordenação das atividades em nível regional. **Em terceiro**, os chefes das autarquias encarregados da execução, operação e manutenção dos projetos de irrigação (SUVALE, DNOCS E DNOS²²). **E por fim**, a iniciativa privada que deveria cuidar da execução dos projetos de irrigação no país, cujas exposições ficaram a cargo dos seguintes consórcios: GEOTÉCNICA-TECNOIBÉRICA, SONDOTÉCNICA-TAHAL, ENGEVIX-TECNOIBÉRICA, Engenharia de Recursos Naturais – COBA²³.

abre possibilidade de análise não apenas comparativa, mas relacional das propostas e discursos de tais engenheiros nos dois países.

¹⁸ Correio da Manhã, 10/11/1968, p. 2.

¹⁹ BRASIL. DECRETO-LEI Nº 200, de 25 de fevereiro DE 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 20/06/2018.

²⁰ O Ministro do Interior era o General Afonso Augusto Albuquerque Lima e o Secretário Geral era o Coronel Dalmo Leme Pragana.

²¹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Superintendência de Desenvolvimento do Sul.

²² Superintendência do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

²³ Essa organicidade institucional estava bem delineada no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e encontrava amparo no funcionamento de programas e projetos posteriores, tal como o Programa

Apesar do reforço da hierarquia federal exposta na programação do evento, a informação chapada nas páginas do Correio da Manhã, ao mesmo tempo em que apontava uma participação efetiva do Governo, nos sugere uma inserção e uma forma peculiar de organização e participação do empresariado nacional (e empresas estrangeiras) nos rumos da irrigação do país. Isto estava explícito na propaganda do promotor do evento, também o principal interessado no assunto: o Clube de Engenharia²⁴, uma organização de classe que se fez sentir e transbordar para outros setores e instituições da sociedade brasileira mediante a propagação de sua ideologia e concepções de mundo (CAMPOS, 2012).

Interessa observarmos também que o Ciclo de Conferências ocorreu na sede de tal Clube, exatamente um mês antes da promulgação do Decreto 63.775 (11/12/1968) que criou o **Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)**. Vinculado a diferentes ministérios, como o do Interior e da Agricultura, este órgão tinha como principal finalidade “planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito [...]”²⁵. Na prática, o GEIDA funcionou como plataforma da primeira política nacional de irrigação para o desenvolvimento agrícola no Brasil, agrupando estudiosos e interessados no assunto (empresários, por exemplo) e produzindo amplo conhecimento sobre o tema.

O principal feito do GEIDA, tanto no sentido de acúmulo como no de projeção, foi indiscutivelmente a criação do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), elaborado

Plurianual de Irrigação (PPI). Encontramos indícios de que houve ampliação de participação de algumas dessas empresas no Brasil nos anos seguintes ao evento, à exemplo da TECNOIBÉRICA, conforme noticiado na imprensa nacional: “Consultoria espanhola – As empresas privadas de consultoria da Espanha, reunidas numa entidade oficiosa, a TECNOIBERIA, vêm obtendo uma série de contratos na América Latina, inclusive no Brasil. Os contratos das empresas espanholas sobem no país a cerca de 10 milhões de dólares atualmente e se referem principalmente a projetos de irrigação, turismo e pesca, tanto no Nordeste como no Rio Grande do Sul. Tal atuação recebe amplo apoio do Governo Espanhol, inclusive através de suas Embaixadas. Jornal do Brasil, 16/09/1970, p. 24.

²⁴ A origem do Clube de Engenharia remonta ao século XIX, quando em 1880 Conrad Jacob Niemeyer fundou a instituição para agregar engenheiros e técnicos. Em sua trajetória afirma-se como polo de informação possuindo como missão a luta pela democracia e pelo desenvolvimento do país, ainda que em seu detalhado histórico de ações não conste qualquer menção ou registro às ações do Clube no interstício de 1964 a 1985. Informações obtidas no portal do Clube. Disponível em: <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3>. Acesso em 05/04/2018.

²⁵ BRASIL. DECRETO Nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968. Cria o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63775-11-dezembro-1968-405140-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/06/2018.

entre 1969 e 1971. Foi esse documento que, dividido em 15 longos volumes, serviu de parâmetro para irrigação nacional “com orientações que produziram efeitos até o final da primeira metade dos anos 80” (BRASIL, 2008:11). A análise prévia de seu conteúdo aponta, para além do entendimento da irrigação como política pública, possibilidades de compreensão das formas como o território nacional era pensado; o que se tratava como desenvolvimento; o que se entendia como região; de que forma a Revolução Verde se concretizaria no país; como as populações camponesas eram abordadas; entre outros aspectos concernentes à questão agrária brasileira para o período.

Difícilmente existam outros documentos tão significativos como os programas, planos e projetos para pôr em destaque a proposta investigativa específica de examinar as relações estabelecidas entre empresários e agentes do Estado na elaboração das políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada. O PPI, por exemplo, foi amplamente reconhecido e citado pelos estudiosos da irrigação como propulsor inédito da agricultura irrigada por desenhar uma geografia para a política nacional de irrigação (COELHO NETO, 2010), isto é, por apontar onde, como e quando o Estado deveria intervir, ainda que através de empresas nacionais e estrangeiras. Tal documento, contudo, ainda não foi analisado mais profundamente em sua complexidade histórica. As análises encontradas tratam o PPI como produto do GEIDA/Estado e se atém às alterações estruturais promovidas pelo Programa da data de sua criação em diante.

Neste Simpósio Nacional de História, para fins de exposição da potencialidade de pesquisa sobre essa fonte e outras com perfil semelhante que tratem do planejamento para a irrigação, chamamos atenção para um duplo movimento de possibilidades investigativas/problematizações. Primeiro a análise dos meandros da construção desses documentos e políticas, isto é: quais agentes estiveram envolvidos? Quais as suas trajetórias e interesses? Quais redes de contato colocam em evidência? De acordo com Freire (2013), os agrônomos que formavam a elite técnica mais prestigiada de Portugal estavam em contato com as teorias da dependência da América Latina. Houve relação entre esses profissionais de diferentes nacionalidades entusiastas da Revolução Verde e da alteração estrutural na irrigação em Brasil e Portugal? Se sim, de que tipo, forma?

Segundo, é preciso investigar as expectativas e as consequências reais geradas a partir desses trabalhos, ou melhor: quais demandas foram geradas? Quais sujeitos, grupos e empresas executaram os inúmeros trabalhos apontados nos programas? De que forma? Como se articularam com o Estado? Como foram selecionados e remunerados? À exemplo da TECNOIBÉRICA, que reunia um conjunto de empresas espanholas para atuar na América Latina, haveria outras empresas da Península Ibérica, portuguesas, atuando no Brasil? Como?

Um olhar mais detido sobre a configuração do PPI endossa essas proposições investigativas. Em análise prévia descobrimos que o Programa não foi construído pelo Estado, a partir do GEIDA, como apontado univocamente pelos estudiosos do tema. O Programa que guiou a irrigação do país por quase 15 anos foi concebido de forma complexa e contraditória: elaborado pela iniciativa privada nacional e estrangeira! Ainda que com objetivos e interesses públicos envolvendo a Segurança Nacional, o PPI foi comprado pelo Governo e pago com recursos oriundos de financiamento externo, concedidos por uma das duas empresas responsáveis pelo Programa: o consórcio composto pela brasileira SONDOTÉCNICA e pela israelense TAHAL, já apresentado no Ciclo de Conferências promovido pelo Clube de Engenharia. Em suma, uma triangulação complexa e intrigante entre capital nacional, capital internacional (SANTANA, 2017; BENAKOUCHE, 2013) e Estado para o desenvolvimento da irrigação no país que carece de análise mais aprofundada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luiz. Agricultura irrigada e desenvolvimento regional. **Revista Econômica Nordeste**, Fortaleza, v. 19, n° 2, p. 155-174, abr./jun., 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança**: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **A política agrária do Estado Novo**. Porto: Afrontamento, 1993.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n° 1, p. 1-30, jun/2007.

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da Dívida Externa Brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL. Ministério do Interior. Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola – GEIDA. **Programa Plurianual de Irrigação (PPI)**. Brasília: MINTER, 1971.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes**. Brasília: IICA, 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento, e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: UFF, 2014.

_____. Os Camargo, os Andrade e os Odebrech: as grandes famílias brasileiras na construção civil. In: _____; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARVALHO, Agostinho de. **Relações de produção e progresso técnico no quadro da agricultura de grupo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CEEAA, 1971.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. **Biblio 3W - REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, Vol. XV, N. 876, 2010, p. 1-20.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

DESEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan**, nº 11, dez., p. 56-67, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: [s.n.], 2013.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Dulce. Produzir mais e melhor. Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974). **Revista de História Contemporânea Ayer**, 83/2011 (3), pp. 101/216.

_____; LAÑERO, Daniel. The Iberian dictatorships and agricultural modernization after the Second World War. In: MOSER, P.; VARLEY(editors). **Integration trough subordination. The politics of agricultural modernization in industrial Europe**. Turnhout: Brepols, 2013a.

_____. Entre sequeiro e regadio. Políticas públicas e modernização da agricultura em Portugal (século XX). **XIV Congresso de História Agrária** (pp. 1-14). Badajoz: Universidad Badajoz/ SEHA, 2013b.

FURTADO, Celso. **A saga da SUDENE: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In: GIOVANI, Paulo et al. **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Da foz às Nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de [et al.]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

KAGEYAMA, Angela et al. Estrutura agrária e irrigação no Nordeste. **Revista Econômica Nordeste**, Fortaleza, v. 20, n° 4, p. 431-452, out./dez., 1989.

LEME, Rosana Biral. Políticas estatais para a agricultura brasileira. **Faz Ciência**, v. 3, n° 01, p. 65-79, 1999.

LIMA, Jandir Ferreira de. Os recursos hídricos no Brasil: algumas considerações preliminares. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 64-75, jan-mar, 1999.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **O Que a Escola Superior de Guerra (ESG) Ensinava.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 288p., 2011.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento:** uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **História Política do Abastecimento.** Brasília: Binagri, 1979.

_____; _____. **Terra Prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Agronomia e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____ (org.). **Estado e historiografia no Brasil.** Niterói: EDUFF, 2006.

_____. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Extensão Rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, Vol. 14, N° 2, maio/agosto de 2010, p. 189-196.

_____. Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira (1930-1964). In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Rio Grande do Norte, 2013. Anais eletrônicos... RN, 2013, p. 0-13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMENDONCA_ST118.pdf. Acesso em: 10/04/2018.

_____; STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil:** a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTELEONE, Joana et al. **À espera da verdade:** empresários, juristas e elite transnacional, histórias de civis que fizeram a ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2016.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícius. Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul – Historiografia e Perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n° 18, p. 56-86, jan./jul. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de Oliveira. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 163p., 2013.

PALHETA, Iraci Gomes de Vasconcelos et al. As políticas de irrigação no Nordeste: uma análise crítica. **Revista do Departamento de Geografia, USP**, v. 5, p. 39-46, 1991.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTANA, Priscila Martins De Oliveira. **Desenvolvimento Capitalista Brasileiro Pós-Crise Da Dívida Externa: Padrão Liberal Periférico e Dívida Pública**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia, 152p., 2017.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe Militar de 1964 (2004). In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares. Efeitos sociais da Modernização da Agricultura. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História & Perspectivas**. Uberlândia, 10 (10): 59-79, jan./jun.1994.